

## **A nascente União das Nações Sul-Americanas (UNASUL): suas perspectivas**

Mamigonian, Armen – USP/UFSC – Brasil

Humboldt, estudando a América espanhola *in-loco*, mostrou que a Geografia, do ponto de vista sistêmico (L.Von Bertalanffy) tem duas “entradas”: 1) da natureza em direção à sociedade, ao analisar os Andes e 2) da sociedade em direção à natureza, ao analisar México e Cuba em seus “Ensaio políticos”. É impressionante como ele foi precursor das idéias de geo-sistema nos seus estudos sobre os Andes e das idéias de formação econômico-sociais nos seus estudos sobre México e Cuba e nestes últimos mostrou como a situação colonial afetou e prejudicou estas partes periféricas do Império espanhol. Muitos pretensos conhecedores da história da Geografia ainda o qualificam apenas como naturalista... Assim, não surpreende que ao final do século XX inúmeros ideólogos travestidos de intelectuais acadêmicos não só proclamam o fim da história, como a inutilidade do enfoque centro-periferia para entender a América Latina (D. Harvey e H. Capel, entre outros). É verdade que a recente violência dos EUA no Oriente Médio tem levado a se falar de “Novo imperialismo”. É certo que a Geografia ganharia muito em voltar a estudar suas origens intelectuais, seus avanços até meados do século XX e a contra-revolução imposta pelo pós-modernismo às ciências humanas em geral.

Qualquer pessoa honesta sabe que o anti-imperialismo é um dos denominadores comuns da América Latina, pois a soberania de nossas nações continua limitada pelo poder norte-americano. Ora, os EUA foram surpreendidos pela crise econômica mundial de 1973-1974, que abriu a fase depressiva do ciclo de Kondratieff e a corrida para a 3ª Revolução Industrial. Mas foi somente com o governo Reagan (1980-88) que elaboraram e aplicaram uma estratégia econômica e geo-política agressivas, com êxitos iniciais de grande monta: 1) a Guerra nas Estrelas (corrida armamentista), de cunho keynesiano como a experiência alemã dos anos 30, permitiu a recuperação econômica e intimidou os dirigentes soviéticos, que abandonaram a vitoriosa experiência socialista, 2) a “globalização” foi pretexto para a imposição de políticas neo-liberais nas suas relações comerciais e financeiras externas, prejudicando parceiros como o Japão e a Coreia do Sul e desestruturando economias em desenvolvimento na África e América Latina, chegando ao extremo dos assassinatos políticos (Torrijos no Panamá e Roldós no Equador entre outros), 3) impuseram a guerra como política em vários lugares (Nicarágua, Iugoslávia e principalmente no Oriente Médio).

Como se sabe, a política econômica dos EUA teve êxito interno e externo de 1980 a 2000: 1) queda da URSS e expansão norte-americana nas áreas de influência soviética (Ucrânia, Geórgia, Europa oriental, Ásia ocidental, etc), 2) contenção de aliados agressivos economicamente (Japão, Coreia do Sul, etc), 3) imposição do neo-liberalismo na América Latina e na África, com resultados destrutivos, 4) controle crescente do Oriente Médio, satelizando vários países árabes e usando Israel como ponta de lança militar. Entretanto, as reações acabaram aparecendo, de maneira espetacular, como a destruição das Torres gêmeas de N.York ou mais lentamente em muitos lugares. Podemos dizer que os EUA estão diante de três regiões efervescentes no Mundo: 1) o Oriente Médio, onde suas aventuras militares foram bloqueadas e se criou um impasse político, 2) a Ásia de Sudeste, onde o crescimento econômico acelerado, sobretudo na China e na Índia, provoca a criação de um novo pólo gravitacional e geopolítico em escala mundial e cada vez mais desafiador à hegemonia norte-americana e 3) a América Latina, com novo impulso político e

econômico, procurando corrigir problemas seculares (reforma agrária, etc), agravados pelas políticas neo-liberais de desindustrialização, privatizações, endividamentos crescentes, aberturas financeira e comercial.

A atual rebeldia latino-americana frente ao imperialismo norte-americano tem várias raízes: 1) organização, mobilização e lutas populares (sindicatos, camponeses, funcionários, etc) em várias décadas de esforços e sacrifícios, com apoio da Teologia da libertação, de movimentos indígenas (Bolívia, Equador, etc), 2) fracasso das “experiências” neo-liberais que aumentaram de maneira descomunal o desemprego urbano, 3) desmoralização política das oligarquias que aplicaram as políticas neo-liberais, venderam as riquezas nacionais e se tornaram simples marionetes corruptas da recolonização estrangeira; 4) sobrevivência do socialismo cubano, após a queda da URSS, estimulando as lutas sociais e o nacionalismo latino-americano.

As mudanças positivas que se processaram na América Latina são ainda os primeiros passos de um longo percurso conflituoso, pois os EUA e as oligarquias internas não aceitaram os novos rumos como: 1) as sucessivas vitórias eleitorais de movimentos social-democratas e nacionalistas, de fortes bases populares em inúmeros países latino-americanos, com destaque à Venezuela, onde foram abortadas tentativas golpistas anti-populares e anti-democráticas; 2) os expressivos crescimentos econômicos em países como a Argentina e a Venezuela, mesmo o Brasil, após anos de desastres neoliberais (Menem, Perez, FHC e outros); 3) a consolidação e ampliação do Mercosul, como mercado comum vitorioso e a derrota norte-americana de sufocá-lo com a imposição da ALCA e 4) a nascente UNASUL, importante fórum de decisões políticas, independente dos EUA e que já desempenhou importante papel ao apoiar Evo Morales contra o golpe de 2008 na Bolívia.

Deve-se insistir na importância da derrota norte-americana na imposição da ALCA e no trajeto positivo da experiência do Mercosul nos anos recentes. A proposta do Mercosul foi feita por Alfonsín no final dos anos 80, após as desastrosas experiências neo-liberais (Vidella – Martinez de Hoz) e foi elaborada pelos economistas cepalinos argentinos. Infelizmente o governo Menem foi outro desastre e somente com a aliança Kirchner-Lula o Mercosul avançou e incorporou a Venezuela. A Argentina descobriu em 2002 que o Mercosul seria impotente sem uma política cambial protecionista e foram seus economistas cepalinos que propuseram impostos sobre exportações de produtos agropecuários (soja, carne, etc), visando obter dólares, enxugando o mercado cambial, reforçando as reservas estrangeiras e mantendo o peso barato (3 pesos argentinos equivalentes a 1 dólar americano). Assim, foram penalizadas as importações predatórias, alavancadas as exportações e sustentadas altas taxas de crescimento econômico até hoje.

O economista uruguaio Gonzalo Pereira (*Protagonista oculto de la historia nacional: el retraso cambiario*), demonstrou que a taxa de cambio é um dos eixos fundamentais do estrangulamento externo, pois o dólar barato facilita importações e prejudica exportações, levando inevitavelmente ao endividamento e assim à dependência frente ao imperialismo. Ignácio Rangel (*A inflação brasileira*) dizia nos anos 60 que a força do imperialismo decorria de três fatores: 1) o déficit do balanço de pagamentos, resultando em pesadas dívidas financeiras; 2) da desfaçatez política da direita e 3) dos erros freqüentes cometidos pelas esquerdas. Felizmente nos últimos anos os movimentos sociais na América Latina descobriram que deveriam assumir os interesses nacionalistas de cada país (como foi o caso dos movimentos indígenas na Bolívia e no Equador) e não só seus interesses de classe, como reforma agrária nos países andinos por exemplo. Diferentemente de muitos marxistas “radicais” badalados na mídia controlada pelas oligarquias, J.E. Spilimbergo (*A questão nacional em Marx*) apontou o significado da

questão nacional como categoria fundamental para a revolução social na América Latina. Assim, é importante que a política cambial argentina atual seja estudada e adotada pelos países com problemas parecidos, pois há uma política deliberada no Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai, para citar países do Mercosul, de sub-valorizar o dólar e supervalorizar as moedas nacionais, a pretexto de combate à inflação, prejudicando a recuperação mais rápida do crescimento econômico nacional.

O avanço do MERCOSUL e da UNASUL vai depender 1) da consolidação dos governos populares da região, tanto os mais radicais (Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador), como dos mais moderados (Brasil, Chile, Uruguai) e da neutralização dos países aliados dos EUA (Colômbia e Peru), 2) do avanço do Brasil como economia mais complexa e diversificada, com a consolidação do seu setor de mecânica e engenharia pesadas (Odebrecht, Camargo Corrêa, etc), 3) da criação de um sistema financeiro latino-americano, como o Banco do Sul, usando reservas cambiais das várias nações e superávits comerciais da Venezuela, etc, com a finalidade de financiar obras binacionais e multinacionais (Gasoduto Venezuela-Argentina, Refinaria Petrobrás-PDVSA em Recife, etc), assim como apoiar as economias mais frágeis (Bolívia, Paraguai, Equador, etc), 4) do reforçamento das pesquisas tecnológicas acumuladas nas últimas décadas, como da Embraer, Embraer, Eletrobrás, Petrobrás, Telebrás, Proálcool, ou no caso da indústria farmacêutica cubana, brasileira, etc, 5) parcerias comerciais não só com o centro do sistema capitalista, como diversificação em direção aos BRIC e ao 3º Mundo em geral (Oriente Médio, África e Ásia).

Trata-se sem dúvida de perspectiva grandiosa e difícil, digna dos nossos antepassados libertadores (Bolívar e outros), esperada pelos nossos povos sofridos e desafiadora para os melhores pensadores latino-americanos, os novos Mariategui.